

Rasgar fronteiras para cooperar pela Sustentabilidade Total (1/3)

Com “Uma mensagem conjunta para o cuidado da criação”, datada de 1 de setembro último, o Patriarca Ecuménico Bartolomeu, o Papa Francisco e o Arcebispo de Cantuária Justin, abrem este Tempo da Criação a exortar-nos a responder ao clamor da Terra e ao clamor dos Pobres, escolhendo a vida.

A destruição económica e social causada pela pandemia e as catástrofes causadas pelo caos climático em plena expansão, ameaçando particularmente as gerações futuras, constituem o pano de fundo para os subtítulos “A importância da sustentabilidade” e “O impacto nas pessoas que vivem na pobreza”. Somos assim remetidos para o conceito de Sustentabilidade Total no espírito da Ecologia Integral como enunciado no Ano Laudato Si (LSi) que há poucos meses terminou. Apontam-nos, os três signatários, as contraindicações mesmo da tecnologia, que já na LSi se dizia “que, ligada à finança, pretende ser a única solução dos problemas”, e, no entanto, “é incapaz de ver o mistério das múltiplas relações que existem entre as coisas e, por isso, às vezes resolve um problema criando outros” (LSi, 20).

Pouco depois, a 21 de setembro, perante a Assembleia Geral da ONU, António Guterres, num tom que se pode dizer mais político, declara querer fazer soar o alarme quanto à situação global, face às ameaças à Paz e aos Direitos Humanos, ao ambiente de descrença, à desigualdade acentuada pela pandemia e pela progressão da ameaça climática, destacando o menosprezo pelas novas gerações e a generalizada submissão da mulher, bem como a imperiosa necessidade de uma cooperação digital que generalize o acesso à internet e proteja os cidadãos do ciberterrorismo e da manipulação sem escrúpulos dos seus dados.

Quer o primeiro documento conjunto, quer este discurso, evidenciam uma lúgubre paisagem, a exigir que ergamos uma esperança fundada no papel que cada um de nós pode desempenhar na “resposta coletiva à ameaça sem precedentes”, como diz a mensagem conjunta. E para que a esperança fique bem alicerçada, esta resposta deve ser baseada numa abordagem holística da complexidade dos problemas e da rede de interações envolvida. Será, por outro lado, necessário minimizar os impactos negativos resultantes das abordagens tentadas e maximizar os positivos.

Por exemplo, sobre a pandemia, Bartolomeu, Francisco e Justin declaram literalmente que ninguém está seguro até que todos estejam, remetendo assim para a escassez de vacinas para a grande maioria da humanidade, sobretudo para os mais vulneráveis e miseravelmente esquecidos, quando afinal todos precisamos urgentemente de secar este vasto espaço onde podem emergir variantes do vírus em causa, capazes até de provocar a derrocada dos efeitos da vasta cobertura vacinal conseguida num limitado número de países. Para isso nos alerta também António Guterres.

A 22 de setembro último, diz a Amnistia Internacional, sobre as “seis empresas que lideraram o desenvolvimento e arranque das vacinas contra a COVID-19”, que “revisou a política de direitos humanos de cada uma das empresas, a estrutura de preços das vacinas, os seus

registros sobre propriedade intelectual, a partilha de conhecimentos e tecnologias, a distribuição justa de doses de vacinas disponíveis, e a transparência. Constatou que, em distintos graus, as seis principais farmacêuticas de vacinas tinham falhado no cumprimento das suas obrigações de direitos humanos.” “Isto [a atuação das empresas farmacêuticas] está a mergulhar zonas da América Latina, África e Ásia em novas crises, empurrando os sistemas de saúde enfraquecidos para a beira do precipício, e causando, todas as semanas, dezenas de milhares de mortes evitáveis”, segundo Agnès Callamard, secretária-geral da Amnistia Internacional.

Para este panorama que atrás se disse exigir uma abordagem holística, pela complexidade dos problemas e suas relações mútuas, define-se alguns pontos num texto, que se segue, sob o mesmo título.